Seguros e Imposto de Renda: o que você precisa saber para declarar corretamente

Quando o assunto é seguros e Imposto de Renda, algumas regras ajudam a orientar o contribuinte:

- Prêmios pagos de seguros tradicionais normalmente não entram na declaração como dedução.
- Indenizações recebidas precisam ser informadas, mesmo quando são isentas.
- Previdência privada tem regras específicas, diferentes entre PGBL e VGBL.
- Títulos de capitalização também podem precisar ser declarados.

Entender essas diferenças ajuda a evitar erros na declaração e garante que o planejamento financeiro esteja alinhado com as regras fiscais:

É preciso declarar todo tipo de seguro no Imposto de Renda?

Essa matéria esclarece uma dúvida comum: nem todo seguro precisa ser declarado da mesma forma.

Alguns pontos importantes:

- As mensalidades pagas de seguros tradicionais geralmente não são dedutíveis no Imposto de Renda.
- Já indenizações recebidas devem ser informadas na declaração, mesmo quando são isentas de imposto.
- Produtos com caráter financeiro, como o VGBL, costumam aparecer na declaração como bem ou direito, refletindo o saldo acumulado.

A principal mensagem é: declarar não é o mesmo que pagar imposto, mas sim informar corretamente movimentações relevantes.

Previdência privada e Imposto de Renda: como funciona o benefício do PGBL

O PGBL é conhecido por oferecer benefício fiscal na declaração do IR.

Entre os principais pontos explicados na matéria:

- As contribuições podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto.
- O limite de dedução é de até 12% da renda bruta tributável anual, quando o contribuinte usa o modelo completo da declaração.
- Apenas valores aportados até o fim do ano-calendário podem influenciar a declaração do ano seguinte.
- No momento do resgate ou recebimento da renda, o imposto incide sobre o valor total acumulado.

VGBL ou PGBL: qual a diferença no Imposto de Renda?

Essa é uma das dúvidas mais comuns para quem pensa em previdência privada.

A diferença principal no IR é:

PGBL

- Permite dedução das contribuições na declaração.
- O imposto incide sobre todo o valor resgatado ou recebido.

VGBL

- Não permite dedução das contribuições.
- O imposto incide apenas sobre os rendimentos.

Por isso, o PGBL costuma ser indicado para quem faz declaração completa e contribui para o INSS, enquanto o VGBL pode ser mais adequado para quem utiliza a declaração simplificada.

Títulos de capitalização também precisam ser declarados

Quem possui títulos de capitalização também deve informar esses valores na declaração.

Mesmo quando não há resgate ou ganho no ano, o título pode precisar aparecer na ficha de bens e direitos, dependendo da situação.

Seguro de vida e tributação: quando há imposto?

Uma característica importante do seguro de vida é que o capital segurado pago aos beneficiários geralmente é isento de Imposto de Renda.

Isso significa que, em muitos casos, o seguro funciona como instrumento de proteção e planejamento patrimonial, pois o valor recebido não entra no inventário nem sofre tributação direta pelo IR.

Conversa Segura T4#11 | Infraestrutura sustentável: como viabilizar os projetos que o Brasil precisa



Como transformar projetos de infraestrutura em obras executáveis, resilientes e financeiramente sustentáveis? E qual é o papel do setor segurador na viabilização de concessões, PPPs e grandes investimentos no Brasil?

Neste episódio do Conversa Segura, série do canal SeguroPod, a jornalista Leila Sterenberg conduz uma conversa aprofundada sobre os caminhos para ampliar o investimento em infraestrutura no país e reduzir riscos em projetos de longo prazo. Participam do debate dois especialistas diretamente envolvidos nessa agenda estratégica: Venilton Tadini, presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e Esteves Colnago, diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

A conversa parte de um dado expressivo: os investimentos em infraestrutura no Brasil chegaram a cerca de R$ 261 bilhões em 2024, o maior volume desde 2010. Ainda assim, o país precisa avançar para alcançar o patamar estimado de mais de 4,3% do PIB em investimentos anuais.

Ao longo do episódio, os convidados analisam os desafios estruturais que ainda impedem que uma carteira de aproximadamente R$ 750 bilhões em projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) saia do papel e como o amadurecimento institucional, a melhora na estruturação de projetos e a participação do setor privado vêm mudando esse cenário.

Entre os temas centrais discutidos estão:

- O novo ciclo de investimentos em infraestrutura no Brasil e o papel das concessões e PPPs na expansão de projetos de transporte, energia e saneamento.
- Como seguros e instrumentos de mitigação de risco são fundamentais para tornar projetos de longo prazo financiáveis.
- O funcionamento do Seguro Garantia e sua importância para evitar paralisações de obras públicas e aumentar a segurança de execução.
- O impacto da qualidade dos projetos e da matriz de riscos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas.
- O Guia Prático de Seguros e Capitalização para concessões e PPPs, desenvolvido pela CNseg em parceria com o Programa de Parcerias de Investimentos.
- O papel do setor segurador como certificador de qualidade e mitigador de riscos em grandes projetos de infraestrutura.

O episódio também explora um tema cada vez mais central para governos e investidores: infraestrutura resiliente às mudanças climáticas.

Os convidados discutem como eventos climáticos extremos estão alterando a forma de estruturar obras, contratos e coberturas de seguro, e como o setor segurador pode atuar como indutor de boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Entre os pontos analisados estão:

- A incorporação do risco climático em projetos de transporte, energia e saneamento.
- O uso de seguros para incentivar conformidade ambiental e reduzir riscos socioambientais.
- A necessidade de adaptar contratos e obras a uma nova realidade de eventos extremos.
- O papel do financiamento sustentável (incluindo green bonds e fundos climáticos) na expansão da infraestrutura brasileira.

Ao final da conversa, os participantes discutem como fortalecer a articulação entre governo, setor segurador, investidores e mercado financeiro para criar um ecossistema capaz de acelerar investimentos, reduzir incertezas e ampliar a competitividade do país.

Um episódio essencial para quem acompanha temas como infraestrutura, financiamento de projetos, seguros, sustentabilidade e políticas públicas - e para entender por que a gestão de riscos é um elemento central na construção da infraestrutura do futuro.

? Ouça agora no SeguroPod e acompanhe a série Conversa Segura para entender como o setor de seguros contribui para enfrentar os grandes desafios do Brasil.

YouTube

Fonte: CNseg, em 17.03.2026